



I Seminário

CNA FISCAL

Classificação Nacional de Atividades Econômicas

- **Antecedentes da padronização**
- **Enfoque da Produção de Estatísticas**

O papel das classificações de atividades econômicas no Sistema Estatístico

Classificações de atividades econômicas:

são usadas no ordenamento das unidades de produção de forma a tornar possível a representação do processo produtivo por meio de estatísticas.

Necessidade de uniformização para:

- a consistência das séries temporais
- a consistência das comparações nacionais e internacionais
- a articulação entre sistemas e fontes distintas

Padronização das classificações: indicador relevante do padrão de qualidade das estatísticas do País

Experiência do IBGE com a construção e a aplicação de classificações de atividades econômicas: 3 fases

- 1920 – 1950
- 1950 – 1990
- Pós 1990

1ª fase: 1920 – 1950

Censo Industrial de 1920: lista de 13 segmentos da Indústria cobertos pelo censo

Censos de 1940 e 1950: ampliação do âmbito e da lista de atividades

2ª fase: 1950 – 1990

Impacto sobre a estruturação das classificações nacionais:
1ª versão da *International Standard Industrial Classification*
– *ISIC / CIIU* em 1948

Pesquisas econômicas do IBGE:

- ⇒ ampliação do âmbito dos censos
- ⇒ novas pesquisas de acompanhamento contínuo da atividade econômica do país
- ⇒ classificações mais elaboradas, mas restritas aos segmentos levantados pelos censos

2ª fase: 1950 – 1990

(continuação)

- Censo Demográfico: passa a codificar a atividade econômica declarada pelas pessoas com ocupação econômica:
 - ⇒ definição de uma lista abrangente de atividades, construção progressiva de um banco de descritores
- o IBGE passa a ser chamado para assessorar gestores de cadastros nacionais
 - ⇒ definição de tabelas de códigos e atividades próprias

Estado das Artes no início dos anos 90:

⇒ acúmulo de experiência

⇒ limitações decorrentes da forma de condução dos trabalhos:

- falta de uma classificação abrangente de todas as atividades econômicas
- falta de padronização dos códigos de atividades
 - ⇒ entre pesquisas
 - ⇒ nas séries temporais de uma mesma pesquisa
 - ⇒ entre as pesquisas do IBGE e os registros administrativos
- baixa consistência das comparações com as estatísticas internacionais

Mudanças nos anos 90:

- desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação
 - ⇒ multiplicação de sistemas de informações
- maior abertura da economia brasileira
 - ⇒ necessidade de estatísticas comparáveis internacionalmente
- crescente demanda de informações econômicas: em abrangência, diversificação e atualização

Novas prioridades:

- ⇒ qualidade e consistência das estatísticas econômicas
- ⇒ articulação entre fontes distintas
- ⇒ necessidade de classificações padronizadas

3ª fase: Pós 1990

Prioridades:

- atualização da estrutura da classificação frente às mudanças na economia
⇒ objetivo de melhor representar a economia
- padronização nacional
⇒ no sistema estatístico: articulação entre pesquisas
⇒ nos cadastros e registros da Administração Pública: articulação entre si e com as estatísticas nacionais
- harmonização com a ISIC / CIIU revisão 3
⇒ coerência nas comparações internacionais

Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE

Nova abordagem dos trabalhos de classificação:

- trabalho compartilhado, liderado pelo IBGE
- arranjo institucional: Comissão Nacional de Classificação
- oficialização da CNAE – Diário Oficial 26/12/1994
- gestão da CNAE pelo IBGE

Obrigações do IBGE como gestor da CNAE:

- ⇒ secretaria executiva da Concla
- ⇒ apoio aos usuários internos e externos da CNAE
- ⇒ elaboração e disseminação de ampla documentação
conceitos, regras, definições, notas explicativas
- ⇒ desenvolvimento de instrumentos de apoio (banco
de descritores, sistema de busca e Central de
dúvidas e sugestões)
- ⇒ disseminação do site Concla/classificações

Uso da CNAE no Sistema Estatístico – situação em 2003

Amplamente usada na produção e disseminação de informações por tipo de atividade nas estatísticas econômicas e socioeconômicas

Completa-se o ciclo de implementação da CNAE com a nova base (2000) das Contas Nacionais, em mandamento, com previsão para 2005.

Padronização nacional com a CNAE: duas fases

1ª fase: implementação no sistema estatístico e nos cadastros e registros da administração pública federal

2ª fase: avanço da padronização com a CNAE-Fiscal em direção às administrações estaduais e municipais